

OS LIMITES E CAMINHOS POSSÍVEIS DO FEDERALISMO FISCAL PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS EXISTENTES ENTRE OS ESTADOS BRASILEIROS

Cláudio José Trinchão Santos | claudiojtrinchao@gmail.com

Marc Marie Luc Jacquinet
Universidade Aberta, Lisboa, Portugal

Valcir Gassen

Henrique José Curado Mendes Teixeira

RESUMO

As desigualdades sociais resultam das relações e dinamismo da política, das estruturas e da economia (Stiglitz, 2015) nas diversas esferas. No Brasil, as disparidades socioeconômicas regionais são resultantes, entre outros fatores, do processo histórico, da ineficácia dos mecanismos de equalização fiscal e da falta de uma efetiva política de desenvolvimento regional. Tais desigualdades impõem condições excludentes e discriminatórias para grandes parcelas da população, logo, conflitantes com os axiomas sociais e econômicos prescritos na Constituição. A partir de uma análise descritiva e correlacional, objetiva-se construir tese que possa contribuir na discussão e formulação de políticas públicas para a redução da histórica desigualdade socioeconômica das regiões geográficas brasileiras.

Palavras-chave: Desenvolvimento humano | Desigualdades regionais | Equalização fiscal | Federalismo fiscal | Subdesenvolvimento.

INTRODUÇÃO

O Estado Social deve ser estruturado com alicerces sociais e econômicos que assegurem os “mínimos vitais” para os integrantes da sociedade a partir da contínua “procura existencial” (Daseinvorsorge) (Ipsen, 1952), ou seja, cabe ao Estado promover o desenvolvimento, em todas as

dimensões de forma a prover a todos as condições de cidadania: governo democrático, educação e saúde, oportunidades de ascensão socioeconômica, transparência e segurança protetora (Oliveira e Strassburg, 2016).

O Ser Humano e todos os fatores que determinam sua qualidade de vida são, concomitantemente, objetivos e alicerces do Estado que deve atuar para erradicar desigualdades decorrentes de características pessoais que definem a condição humana. Nesse diapasão, a justiça social vincula-se a medidas que assegurem acesso igualitário e oportunidades, bem como ações que visem mitigar ocorrências que sejam excludentes de grupos peculiares (Jaccoud, 2013).

Hodiernamente, existe o consenso que as políticas de Estado devem ser providas de instrumentos, ajustados às especificidades e dinamismo que requerem as sociedades, que possibilitem um contínuo processo de avanços de capacidades e oportunidades voltadas para a ampliação das liberdades e escolhas das pessoas para consigam ser aquilo que almejam (Sen, 2000; PNUD, 2021).

Inserido no contexto sobredito, a partir de um indicador que espelha a média de índices representativos dos 03 (três) principais vetores do desenvolvimento pessoal (educação, renda e longevidade), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi estabelecido como variável numérica do desenvolvimento humano (PNUD, 2021) que possibilita aferir outros componentes conexos à qualidade de vida, tais como o nível de pobreza e desigualdades e renda.

Objetivando a harmonização dos governos subnacionais, além de mecanismos de equalização fiscal, políticas de desenvolvimento regional devem ser empreendidas ou coordenadas pelo ente central para garantirem uma distribuição proporcional dos recursos e de investimentos, bem como possibilitarem um balanceamento entre as regiões geográficas ou entes (Boadway, 2009).

Portanto, o federalismo objetiva que todos os seus habitantes tenham acesso a semelhantes níveis de serviços públicos a partir de uma carga tributária em padrões equivalentes (Blöchliger & Charbit, 2019; Anderson, 2009; Contipelli, 2013).

CONTEXTUALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

A erradicação da pobreza e da fome são ações essenciais para construção de uma sociedade balizada na solidariedade coletiva e igualdade de direitos. Considerando os desafios inerentes à consolidação de um Estado Social, a justiça fiscal apresenta-se como dos principais pilares para a construção de uma sociedade justa, pois a consecução das diversas políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades nas dimensões sociais e econômicas requerem uma estrutura financeira arrimada em sólidas políticas de gastos e sistema tributário equilibrado e proporcional.

Nos termos contidos na Constituição Federal, prescritos nos objetivos fundamentais (art. 3.º), o Estado brasileiro deve se guiar para construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza e a marginalização; e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Dessa forma, o legislador constitucional explicitamente estabeleceu axiomas sociais visando uma menor desigualdade social a partir da previsão de erradicação da pobreza e marginalização, bem como a isonomia regional.

O Brasil, ainda que seja essencialmente um Estado Social, as discrepâncias entre suas regiões chegam ser abissais em relação aos indicadores econômicos, mas, sobretudo, quanto às diferenças nos elementos representativos da evolução social. Assim, os patamares de renda das famílias são significativamente distintos entre as regiões geográficas:

Tabela 1 – Brasil - Distribuição de rendimento por grande região (2019)

	Rendimento domiciliar per capita médio das pessoas	Distribuição por classes de rendimento, segundo as linhas de pobreza selecionadas	
		Até US\$ 1,90 PPC ¹	Até US\$ 5,50 PPC
Norte	872	15,1	14,6
Nordeste	884	56,8	47,1
Sudeste	1720	20,1	27,0
Sul	1701	4,8	6,5
Centro-Oeste	1578	3,2	4,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019

Constitucionalmente prescrito como forma de governo, o federalismo no Brasil apresenta em desigualdades regionais em diversas dimensões. Os dados acima evidenciam que existem profundas discrepâncias em relação ao componente renda familiar, especialmente em relação aos estados da região Nordeste

Entre outros fatores, o desequilíbrio da distribuição de receitas entre os governos subnacionais repercute diretamente na capacidade de provimento de bens e serviços e, por consequência, nos indicadores que expressam a qualidade de vida, conforme demonstrado abaixo (Santos, 2021):

¹ PPC = Paridade do poder de compra. Taxa de conversão: R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC (2011).

Tabela 2 – Tabela Comparativa Estados: IDH e RCL per capita

Unidade	IDHM 2017	Receita Corrente Líquida RCL (2019)	População (2019)	RCL per capita	IDHM × 10 ⁶ RCL per capita
Distrito Federal	0,850	22.503.460.737,24	3.015.268	7463,17	113,89261
São Paulo	0,826	163.109.455.047,54	45.919.049	3552,11	232,53793
Santa Catarina	0,808	25.092.129.460,15	7.164.788	3502,15	230,71572
Rio de Janeiro	0,796	58.966.787.103,00	17.264.943	3415,41	233,06161
Paraná	0,792	38.935.918.572,78	11.433.957	3405,29	232,57944
Minas Gerais	0,787	64.068.169.194,30	21.168.791	3026,54	260,03300
Rio Grande do Sul	0,787	39.085.461.282,10	11.377.239	3435,41	229,08485
Mato Grosso	0,774	17.148.220.574,76	3.484.466	4921,33	157,27443
Espírito Santo	0,772	14.921.307.795,51	4.018.650	3713,02	207,91729
Goiás	0,769	24.538.513.733,73	7.018.354	3496,33	219,94467
Mato Grosso do Sul	0,766	12.012.249.489,57	2.778.986	4322,53	177,21104
Roraima	0,752	4.190.965.254,60	605.761	6918,51	108,69388
Tocantins	0,743	8.015.429.038,52	1.572.866	5096,07	145,79874
Amapá	0,740	5.414.369.692,38	845.731	6402,00	115,58888
Ceará	0,735	20.882.025.052,84	9.132.078	2286,67	321,42847
Amazonas	0,733	14.844.803.490,39	4.144.597	3581,72	204,65004
Rio Grande do Norte	0,731	10.057.994.037,65	3.506.853	2868,10	254,87284
Pernambuco	0,727	25.340.299.465,22	9.557.071	2651,47	274,18739
Rondônia	0,725	7.743.045.299,48	1.777.225	4356,82	166,40586
Paraíba	0,722	10.245.829.093,49	4.018.127	2549,90	283,14816
Acre	0,719	5.357.455.833,49	881.935	6074,66	118,36052
Bahia	0,714	34.525.800.000,00	14.873.064	2321,36	307,57775
Sergipe	0,702	8.053.614.115,00	2.298.696	3503,56	200,36776
Pará	0,698	21.690.571.870,28	8.602.865	2521,32	276,83916
Piauí	0,697	9.473.370.263,15	3.273.227	2894,20	240,82657
Maranhão	0,687	14.530.152.195,28	7.075.181	2053,68	334,52157
Alagoas	0,683	8.608.813.867,37	3.337.357	2579,53	264,77687

Fontes de dados primários: Brasil, 2017; 2020; IBGE, 2019 e Comparar Brasil, 2021

Na Tabela 2, excetuando-se algumas especificidades relacionadas ao Distrito Federal e aos antigos territórios, é possível inferir que existe uma correlação entre a Receita Corrente *per capita* e o IDH na maioria dos estados. Fatores como a relação entre o IDH e a receita disponível também serão estudados para demonstrar que a maioria dos estados que apresentam os patamares mais baixos de IDH, em sentido contrário, apresentam os melhores índices de aplicação de suas receitas.

Considerando a complexidade do tema a ser investigado, pois envolve distintas variáveis socioeconômicas e a ponderação de características próprias (localização geográfica, fatores produtivos, recursos naturais, processos históricos, tipicidade das receitas e outras) dos estados, o modelo de federalismo fiscal brasileiro e seus mecanismos de equalização de receitas não podem ser analisados a partir de equações simplistas ou análises isoladas, pois especificidades e o entrelaçamento de variáveis correlacionadas ou não requerem estudos multidimensionais e análises quali-quantitativas.

Objetiva-se utilizar, no decorrer do processo investigativo, um diversificado manancial teórico para o entendimento do tema e construção de um sólido embasamento das conclusões a serem produzidas ao final da produção da Tese proposta. Entre outros, as seguintes temáticas serão os principais balizadores da pesquisa (Santos, 2021):

- Teoria do subdesenvolvimento e da Pobreza;
- Teoria do Desenvolvimento Humano;
- Função Social dos Tributos;
- Teoria do Federalismo Fiscal;
- Princípio da Solidariedade Regional e a Equalização Fiscal;
- Desigualdades Regionais.

HIPÓTESE

O modelo de federalismo fiscal do Brasil não contempla mecanismos que propiciem a redução das desigualdades regionais (Santos, 2021).

OBJETIVOS (SANTOS, 2021):

Objetivos gerais:

- Analisar o presente modelo de federalismo fiscal adotado no Brasil;
- Demonstrar que os mecanismos constitucionais de equalização fiscal não foram eficazes para promover o equilíbrio socioeconômico entre as unidades federadas.

Objetivos específicos:

- Analisar o modelo de federalismo fiscal brasileiro e dispositivos constitucionais voltados para a redução das desigualdades regionais;
- Discorrer o processo histórico brasileiro que determinou a concentração de fatores produtivos nas regiões Sul-Sudeste e instalação de “círculos viciosos” nas demais regiões;
- Identificar as desigualdades socioeconômicas existentes entre as regiões geográficas brasileiras, bem como proceder análises quantitativas e qualitativas dos dados e informações colhidas;
- Propor ajustes no modelo de federalismo fiscal e no sistema tributário brasileiro, bem como na política de desenvolvimento regional.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos da pesquisa, a investigação em curso que culminará na produção de uma Tese de Doutorado (Doutorado) que será alicerçada em um estudo descritivo, pois se objetiva realizar uma descrição rigorosa e clara (Sellitz et al., 1967) do modelo de federalismo fiscal do Brasil quanto a sua estrutura e funcionamento, bem como seus reflexos nas históricas desigualdades regionais.

Intenta-se, portanto, proceder a verificação da hipótese mediante a adoção de estudos embasados em análises a serem realizadas que,

mediante o uso de métodos ou ferramentas comparativos e correlacionais, objetivam “determinar a existência de associações entre conceitos e, principalmente, entre diversas variáveis socioeconômicas dos estados brasileiros” (Santos, 2021).

Visando a operacionalização dos objetivos específicos, serão adotadas as seguintes estratégias ou linhas de pesquisa respectivamente:

1. Análise do processo histórico de formação do federalismo fiscal mediante a adoção de métodos comparativos, visando analisar a efetividade dos dispositivos constitucionais estabelecidos para a redução das desigualdades regionais;
2. A partir de pesquisas bibliográficas, serão empreendidas análises do processo de formação histórica de cada região geográfica brasileira visando a compreensão dos fatores que determinaram os seus distintos atuais estágios de desenvolvimento socioeconômico de forma a identificar as causas e possíveis caminhos para a ruptura das relações de dependência;
3. Para a identificação das desigualdades socioeconômicas existentes entre as regiões geográficas brasileiras, tornar-se-á essencial que sejam realizadas análises quali-quantitativas no qual a adoção do método comparativo e correlacional possibilitará uma análise mais acurada dos principais indicadores socioeconômicos dos estados brasileiros, contribuindo para o entendimento das relações de causa e efeito das diversas variáveis que contribuem para as desigualdades regionais no Brasil;
4. A partir de análises críticas entre o modelo de federalismo fiscal constitucionalmente estabelecido e aquele efetivamente vigente, além das normas que determinam a redução das desigualdades regionais com um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (CF, art. 3.º), pretende-se propor ajustes no sistema tributário e nos programas de desenvolvimento regional, especialmente quanto à disponibilidade de recursos e de fatores de produção.

Em todas as fases da investigação serão realizadas coleta de dados e registros, bem como serão adotados métodos comparativos, matemáticos e estatísticos para o tratamento das informações ou dados de forma a possibilitar a compreensão e descrição de fatos e fenômenos que contribuam ou determinam a realidade (Triviños, 1987; Gil, 2007). Dessa forma, a pesquisa requererá a recolha, seleção, manejo e classificação de um amplo manancial teórico e de dados que possibilitarão a análise, interpretação e compreensão de situações fáticas que se relacionam, direta ou indiretamente, com o tema da Tese.

Portanto, a partir da técnica de pesquisa bibliográfica, a estratégia de recolha de dados será realizada mediante intensas análises de obras, artigos e outras publicações especializadas, bem como intensas pesquisas às publicações expedidas pelos órgãos oficiais dos governos (Santos, 2021).

A priori, metodologias e técnicas arrimadas em entrevistas não serão adotadas durante a pesquisa em função do grau de complexidade e da multidisciplinaridade das temáticas conexas ao tema central que, necessariamente, demandariam um alto nível de formação técnica dos entrevistados (Santos, 2021).

RESULTADOS ESPERADOS

Objetivando aferir a consistência e efetividade da hipótese inicial estabelecida, a investigação deve ser orientada a operacionalização dos objetivos estabelecidos no Plano de Tese que deverá resultar nas contribuições e resultados, resumidamente, demonstrados abaixo (Santos, 2021):

Tabela 3 – Resultados Esperados – Operacionalização dos Objetivos

O que?	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo descritivo que culminará em conclusões críticas do modelo de federalismo fiscal brasileiro quanto a efetividade das prescrições constitucionais relacionadas à redução das desigualdades regionais.
Como?	<ul style="list-style-type: none"> • A partir de análises quali-quantitativas embasado em estudo bibliográfico lastreado em recolha de dados em fontes especializadas; • Utilização de métodos comparativos e correlacionais que objetivam compreender conceitos, modelos, contextos e distintas variáveis que contribuirão para a construção de novos indicadores socioeconômicos.
Para que?	<ul style="list-style-type: none"> • Evidenciar as desigualdades socioeconômicas entre os governos subnacionais brasileiros; • Compreender a ineficiência do modelo de federalismo fiscal vigente que produzem relações de poder e repercussões no desenvolvimento humano regional. • Estudiosos e agentes públicos/políticos.
Resultado final esperado?	<ul style="list-style-type: none"> • Proposição de novos mecanismos de equalização fiscal e contribuições para um novo modelo de desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, George. **Federalismo: uma introdução**. Tradução de Ewandro Magalhães Jr., Fátima Guerreiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- BOADWAY, Robin; SHAH, Anwar. **Fiscal Federalism: Principles and Practices of Multiorder Governance**. New York: Cambridge University Press, 2009.
- BLÖCHLIGER, H.; CHARBIT, C. Fiscal equalisation. **Economic Studies**, OECD, Paris, n. 44, 2008. Disponível em: <https://www.oecd.org/eco/growth/42506135.pdf>.

BRASIL. ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Ranking**. 2017. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em: 08 mai. 2021.

BRASIL. Tesouro Nacional Transparente. **Receita Corrente Líquida (RCL) da União: contabilidade e custos**. 2020. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/contabilidade-e-custos/receitacorrente-liquida-rcj-da-uniao>. Acesso em: 12 maio. 2021.

COMPARA BRASIL. **Receita corrente líquida. Fonte primária: Secretaria do Tesouro Nacional. Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação**. Disponível em: <http://comparabrazil.com/comparabrazil/estados/Paginas/planilhaitem.aspx?g=2>. Acesso em: 12 mai. 2021.

CONTIPELLI, Ernani. **Solidariedade no Federalismo Fiscal Comparado**. Revista Direito e Desenvolvimento, João Pessoa, v. 4, n. 8, p.61-93, jul./dez. 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Estimativas da População 2019**. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=25272&t=resultados>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: notas técnicas: versão 1.8**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. p. 67-68. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisanacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=notastecnicas>.

IPSEN, H.P. “*Enteignung und Sozialisierung*” en *Veroffentlichungen der Vereitnung*” der *Deutschen Staat rechtskhrer Heft*” In: GARCIA-PELAYO, Manuel. **Las transformaciones del Estado contemporáneo**. Espanha: Alianza Universidad, 1952.

JACCOUD, Luciana. Aprendizados recentes no enfrentamento da desigualdade. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014.

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA E FERRAMENTAS DE MENSURAÇÃO

Ms. Gisele Kede Flor Ocampo | gikedede@gmail.com
Universidade Aberta, Lisboa, Portugal

Marc Jacquinet | mjacquinet@gmail.com
Universidade Aberta, Lisboa, Portugal

Aldo Antônio de Azevedo | aldoantonioaz@gmail.com
Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento sustentável, sustentabilidade corporativa, organizações esportivas, ferramentas de mensuração.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável no fim da década de 80, por meio do Relatório de Brundtland, apresentou conceitos a respeito da evolução da sociedade a fim de minimizar os impactos ao meio ambiente, tendo suas necessidades e demandas atendidas com consciência, equilíbrio e total responsabilidade sobre produção e consumo com o objetivo de preservar não apenas os interesses imediatos, mas, também, o das gerações futuras. (Ocampo, 2020). Desta forma, a implantação de ações sustentáveis no segmento empresarial começou a ser utilizada como modelo de gestão em vários âmbitos, inclusive no meio esportivo. Este método pode impactar positivamente o ambiente e a sociedade prezando por um bem comum. É possível gerar benefícios sociais, ambientais e econômicos não só para a organização esportiva, mas para a sociedade como um todo, por meio da excelência na gestão das organizações. Para começar pode-se investir em ambientes econômicos, reduzir desperdícios, investir na segurança do trabalho além de promover a interação entre empresa e sociedade. Portanto, considera-se vantajoso, inteligente e responsável uma organização esportiva optar por uma gestão que favoreça as práticas sustentáveis (Ocampo, 2020). Anderson, Armodeo e Hartzfeld (2010), concordam que as empresas que apresentarem disposição para “promover mudanças profundas em sua

cultura terão oportunidade de adotar um novo paradigma edificando sobre os valores da sustentabilidade”. A sustentabilidade apresenta a intenção de estabelecer o equilíbrio entre o que é oferecido pela natureza, o consumo dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, este termo tem origem na ciência da ecologia e segundo Ariansen (1999), pode ser definido como «a capacidade de toda ou parte de uma comunidade biótica estender sua forma para o futuro» (in Ihlen & Roper, 2011). Segundo Corazza (2003), há uma necessidade de políticas de responsabilização para as empresas e “mecanismos que possibilitem que as alterações estruturais se traduzam em melhor desempenho ambiental”, mas este assunto não envolve apenas os gestores, “trata-se de estimular e viabilizar a participação das partes interessadas, sejam as comunidades vizinhas, os consumidores, a sociedade civil organizada” (Corazza, 2003). Além disso, o desenvolvimento sustentável deve visar uma crescente conscientização dos vínculos globais entre problemas ambientais, questões socioeconômicas relacionadas à pobreza e à desigualdade e preocupações com um futuro saudável para a humanidade (Hopwood, 2005). Para isso, as organizações precisam realizar esforços que lhes permitam manter a competitividade e, ao mesmo tempo, assumir com responsabilidade seu papel de liderança na melhoria dos impactos sociais e ambientais. O desenvolvimento sustentável é entendido como alta qualidade de vida, saúde e prosperidade, além de justiça social e manutenção das capacidades do planeta em sustentar sua diversidade (Inmetro, n.d). O envolvimento das organizações no desenvolvimento da comunidade fortalece a sociedade civil e reforça os valores democráticos e cívicos. Por essa razão, a norma publicada no site do INMETRO resalta o papel das organizações na melhoria da qualidade de vida da população, desde a geração de empregos até a criação de programas de capacitação, cultura, educação e saúde (ISO26000). Ericson et al. (2014) também afirmam que o “bem-estar, empatia e consciência de valores, podem levar a atitudes mais sustentáveis” e afastar as pessoas dos objetivos materialistas e auto aperfeiçoadores rumo à conquista, dinheiro, poder, status. Assim, o ambiente esportivo pode ser visto como um caminho para promoção de práticas em benefício à sociedade e a todos



UNIVERSIDADE
ABERTA
www.uab.pt



e-SUSTAINABILITY 2021

ATAS DO SEMINÁRIO DOUTORAL
DO DOUTORAMENTO EM SUSTENTABILIDADE SOCIAL
E DESENVOLVIMENTO

I UNIVERSIDADE ABERTA [PORTUGAL]
I CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA [BRASIL]

COORDENAÇÃO
CRISTIANE BARRETO, DÓRIS SAYAGO, JOÃO SIMÃO,
JORGE TRINDADE, MARC JACQUINET, SANDRA CAEIRO

TÍTULO
E-SUSTAINABILITY 2021 | ATAS DO SEMINÁRIO DOUTORAL
DO DOUTORAMENTO EM SUSTENTABILIDADE SOCIAL
E DESENVOLVIMENTO

PRODUÇÃO
SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DIGITAL

EDIÇÃO
UNIVERSIDADE ABERTA 2022

COLEÇÃO
CIÊNCIA E CULTURA | N.º 18

ISBN
978-972-674-923-3

DOI
<https://doi.org/10.34627/uab.cc.18>

Este livro é editado sob a Creative Commons Licence, CC BY-NC-SA 4.0
De acordo com os seguintes termos:
Atribuição-NãoComercial-Compartilhualgal 4.0 Internacional
Creative commons licence



